

## TEM QUE TER OLHAR DE ARTISTA: COMPARTILHANDO, EMENDANDO ÁGUAS- AS ÁGUAS EMENDADAS, NO DISTRITO FEDERAL

Ivany Câmara Neiva<sup>1</sup>

### As Águas Emendadas



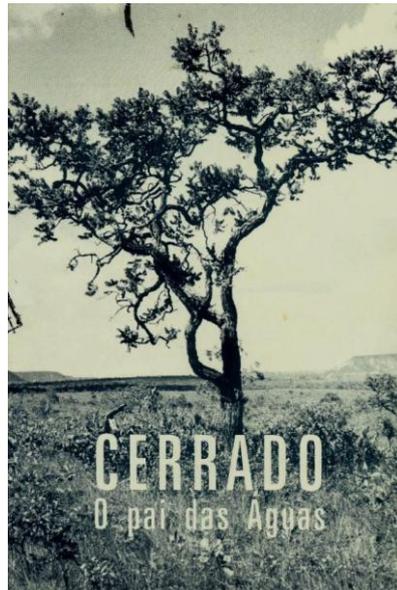
Águas Emendadas. Capa do livro “Águas Emendadas”, organizado por Fernando Oliveira Fonseca. Brasília, 2008.

Parece-nos oportuno lembrar expressões utilizadas sobre ÁGUAS, durante o Seminário Águas pela Paz, preparatório para o Fórum Mundial da Água, que acontece em Brasília, em março de 2018: sobre o compartilhamento de águas, falou-se em “confluência de vontades”; foi consensual a ideia de que “nas águas se encontra a origem da vida”; sobre o Tempo, citou-se o pensamento da yalorixá Stella de Oxossi – “o Tempo não gosta que se faça nada sem ele”; foi lembrado que a água não é *recurso*: é uma criatura, e assim não deve ser objeto de mercantilização.

Eugênio Giovenardi nos lembra<sup>2</sup> que vivemos, no Distrito Federal do Brasil, uma “[...] realescassez de água, consequência do crescimento descontrolado da população do DF, dos múltiplos tipos de uso [e de captação] de água na cidade e no campo e, não menos importante, do mal-uso geral da água.[...]”

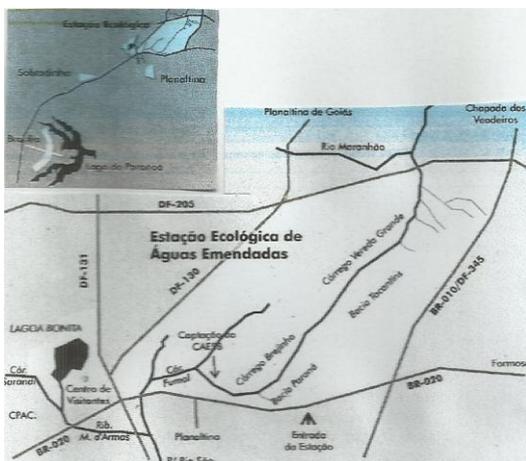
A propósito das águas do cerrado, “Berço das Águas” é a expressão usada pelo artista visual Rômulo Andrade, quando fala das águas do Distrito Federal. Aqui não existem rios caudalosos, mas é daqui que correm águas para o país todo...

Em 1997, o documentário “Cerrado – o Pai das Águas” também lembrava essas condições especiais da região.



Convite para o documentário “Cerrado –o Pai das Águas”, de Dêniston Diamantino. Brasília, 1997.

A região das Águas Emendadas está localizada no Distrito Federal, na Região Administrativa de Planaltina; ocupa uma área de cerca de 10.500 ha<sup>3</sup>. Lá ocorre um fenômeno hídrico de dispersão de águas: para o Norte, o Córrego Vereda Grande corre para o Rio Maranhão, afluente do Rio Tocantins – Bacia Amazônica; para o Sul, o Córrego Brejinho desagua nos Rios São Bartolomeu, Corumbá e Paranaíba, que formam o Rio Paraná – Bacia do Prata. Perto dali, correm águas para a Bacia do São Francisco. As águas se “emendam”.



GDF

Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia  
 Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do DF  
 Apoio: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e  
 Recursos Naturais Renováveis

Localização da Estação Ecológica de Águas Emendadas

Arte: Rômulo Andrade e Renato Palet



Placa e marcos de localização. “A natureza é vida”. Águas Emendadas: 2008, 2015.

## No século XX

Em 1947 e 1948, vieram ao Planalto Central o agrônomo Antônio de Arruda Câmara e sua esposa Guiomar de Arruda Câmara. Eram meus Avós, viviam no Rio de Janeiro, e deles eu ouvia argumentos mudancistas e histórias da região do futuro Distrito Federal. Quando vieram ao Planalto Central na Comissão Polli Coelho (Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil), ao mesmo tempo em que minha Avó escrevia cartas para minha Mãe, que estava em Belém, meu Avô anotava o que via em seu Diário de Campo. Muitas cartas se perderam, nesses então difíceis caminhos entre os locais visitados, e Goiânia, Rio, Belém. Sobre as Águas Emendadas, sobrou um trecho de carta de 1947, escrita em Planaltina. Minha Avó se lembrava das palavras de Varnhagen<sup>4</sup>:

[...] Mas se, abandonando a ideia de achar já feita e acabada cidade que tanto nos convém, nos resolvermos a fundar uma para ser a capital do Brasil], segundo as condições que se requerem a toda a capital de país civilizado hoje em dia, a verdadeira paragem para ela é a mesma natureza quem aponta, e de modo mui terminante... É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná – dois dos grandes rios que abraçam o Império; isto é, o Amazonas e o Prata, com as do São Francisco [...]. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é aí que julgamos deve fixar-se a sede do governo. [...] Os seus limites devem ser oferecidos pelos mesmos três rios que fazem a posição para o assento da cidade [...]<sup>5</sup>

[...]deveríamos desde já dar algumas providências, a fim de a ir preparando[a região] para a missão que a Providência parece ter-lhe reservado, fazendo a um tempo dela partir águas para os três maiores rios do Brasil e da América do Sul – Amazonas, Prata e São Francisco, e constituindo-a, por assim dizer, o núcleo que reúne entre si as três grandes concas ou bacias fluviais do Império. Refiro-me à

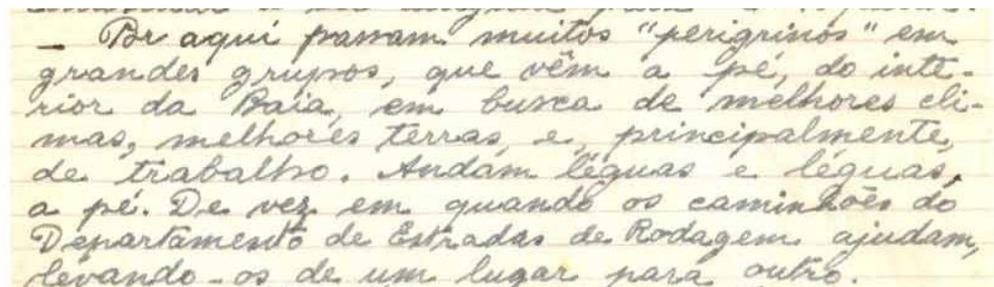
bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas [...]»<sup>6</sup>

Sobre a Vila Formosa da Imperatriz, atual Formosa, suas proximidades e sobre águas que se “emendavam”, Cruls escrevia, baseando-se em Varnhagen, que escrevera, em julho de 1877:

[...] perto de quatro léguas a noroeste desta vila [Formosa], na paragem onde, a um tiro de fuzil umas das outras, se veem as cabeceiras dos ribeirões Santa Rita, vertente ao rio de São Francisco pelo Preto; Bandeirinhas, vertente ao Amazonas pelo Paraná e Tocantins; e Sítio-Novo, vertente ao Prata, pelo São Bartolomeu e grande Paraná<sup>7</sup>.

Em setembro de 1947, escrevia Guiomar de Arruda Câmara, de Planaltina:

Ontem viajamos o dia inteiro. Saímos de Goiânia pelas 9 e pouco, passamos por Anápolis para almoçar e viemos para Planaltina, por uma estrada boazinha, através de cerrados, capoeiras, carrascais. De vez em quando um regatinho atravessa a estrada. No caminho, passamos por aquela região onde se encontram riosinhos das três bacias brasileiras. Foi emocionante passar por ali,.. Varnhagen dizia que as nascentes estavam próximas, “a um tiro de espingarda”..



— Por aqui passam muitos “periprinós” em grandes grupos, que vêm a pé, do interior da Baía, em busca de melhores climas, melhores terras, e, principalmente, de trabalho. Andam léguas e léguas, a pé. De vez em quando os caminhões do Departamento de Estradas de Rodagem ajudam, levando-os de um lugar para outro.

Trechos de carta de Guiomar de Arruda Câmara, participante da Comissão Polli Coelho, a sua filha Joanna de Arruda Câmara Neiva. 26.09.1947, Planaltina.

Além de escrever cartas e fazer mapas, Guiomar também respondeu a questões em entrevistas, quando já morava em Brasília:

Uma das coisas mais bonitas dessa viagem foi quando Antônio e eu encontramos as ‘Águas Emendadas’. Varnhagen (e Cruls o citava) tinha falado que as nascentes das três bacias estavam distantes umas das outras ‘a um tiro de espingarda’. Antônio perseguia desde o Rio de Janeiro a vontade de encontrar essas nascentes. Aliás, ele se bateu, até pouco antes de sua morte, pela criação de um ‘Parque Nacional das Águas Emendadas’. Lembro-me de seus artigos em jornais e revistas, nos quais defendia essa ideia. [...] Quando foi criada a Novacap, por Juscelino Kubitschek, ele apresentou a sugestão do Parque Nacional, ao qual chamava de ‘Santuário das Águas Emendadas’.

Correio Braziliense, 21.04.1981. “Guiomar Arruda Câmara, a pioneira que fez os Mapas do Planalto”.



[...]A geração de Ivany, espero, saberá manter brasileira, integralmente brasileira, essa empolgante e cobiçada região. E saberá cuidar das águas e das florestas não só daqui, mas do país todo – do centro-oeste, por exemplo, que não tem grandes rios, mas tem as nascentes deles. Vimos isso lá, tua mãe e eu. [...]

Trazendo mensagens semelhantes às de meu Avô, os movimentos ambientalistas contemporâneos não são tão recentes como nos fazem crer algumas histórias. Existem movimentos de tempos em que não se falava em “movimentos” nem em “ecologia”...

Nos anos noventa do século passado, em 1996, o Movimento Artistas pela Natureza organizou o Evento Multimídia sobre o Rio São Francisco e a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Nessa oportunidade, o ribeirinho Adriano Martins trouxe água da foz do São Francisco para as nascentes do rio na Estação Ecológica de Águas Emendadas, e o artista Bené Fonteles lhe entregou águas da Estação para que as levasse para a foz do São Francisco.



Movimento Artistas pela Natureza.  
Águas Emendadas, 1996.  
Bené Fonteles e Adriano Martins.

## No século XXI

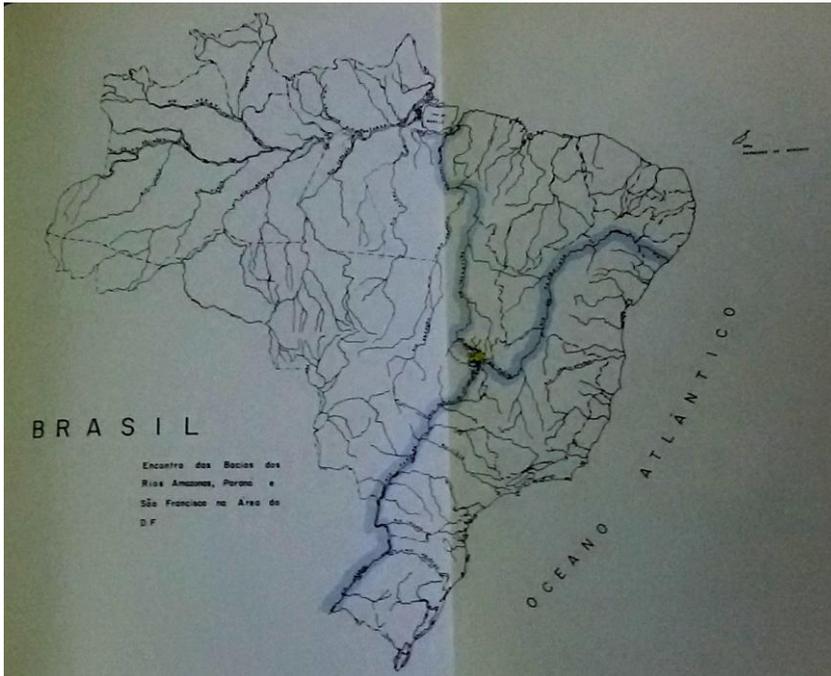
“O presente atualiza o passado”, dizia Walter Benjamin<sup>9</sup>: nosso Presente está no Futuro daquelas visitas a Águas Emendadas. Cá estamos, assim, próximos de quem a visitou, e continuamos interessados na água (e na eventual falta dela). A rede de pesquisa, de ação, de comunicações, de narrações, continua. Como diz Paulo Manhães<sup>10</sup>, “é importante falar hoje em Águas Emendadas, pois muita gente nem sabe que o cerrado, que essa região central do Brasil,

tem nascentes que ‘se emendam’ e dão origem às bacias brasileiras. É simbólico, a capital estar aqui”.

Um exemplo de preocupação com a disponibilidade de água é o artigo de Vera Catalão, publicado no jornal Correio Braziliense em 2003. Vera Catalão alertava os leitores para a questão em “A crise da água e a turvação do espírito”, que traz como epígrafe: “Assim como um espelho d’água reflete o céu, a consciência humana reflete a ação criadora do homem no mundo. Turva a limpidez das águas, turva o reflexo”.<sup>11</sup>

Voltei várias vezes às Águas Emendadas: em 2008, em 2010, em 2012, em 2015 (dessa vez, com a turma do curso de Guia de Turismo, do SENAC). Cada vez, uma nova descoberta.

A propósito de volta, em 2015 e em 2017 foi procurado por nós, novamente, o jornalista Paulo Manhães. Já havia sido contatado em 2010, por ocasião da produção do livro “Brasília em 51 Cartas”, em que pretendíamos que constasse uma foto feita por ele em 1959, da Vila Amaury, em Brasília. De novo em 2017 essa foto da Vila entrou também como capa em um livro – desta vez, inicialmente, um *e-book* (“Uma cidade encantada. Memórias da Vila Amaury, em Brasília”). A volta em 2015 se devia a ele ter trabalhado na Secretaria de Agricultura e Produção, e ter participado, em 1987, da produção de um livreto sobre o Combinado Agro Urbano de Brasília (iniciado em 1986 e então objeto de pesquisa nossa; a coordenação da pesquisa era da socióloga Sônia Amorim, que havia trabalhado naquele projeto, na Secretaria). E agora novamente, em 2017, além da autorização de uso da imagem da Vila Amaury no *e-book*, procuramos o jornalista por ele estar atento às questões de racionamento de água e se dispor a conversar sobre Águas Emendadas, que ele conheceu há quase sessenta anos. E por ter participado do livreto “Reserva Biológica de Águas Emendadas”, publicado anteriormente pela mesma Secretaria de Agricultura em Produção, em 1977.



GDF.

Secretaria de Agricultura e Produção.  
Fundação Zoobotânica do DF, 1977.

Reserva Biológica de “Águas Emendadas”.

Encontro das Bacias dos Rios Amazonas, Paraná e São Francisco na área do DF

Em abril de 2017, Paulo Manhães contou, por telefone, suas visitas às Águas Emendadas:

Estive na Reserva de Águas Emendadas em 1958. Nem era chamada ainda de Reserva. Fui lá várias vezes, acompanhando o Fernando Borges, agrônomo da Fundação Zoobotânica de Brasília, que coordenava o Serviço de Recursos Naturais, onde eu trabalhava<sup>12</sup>.

Já era junho de 2017 quando voltamos a conversar pessoalmente com Paulo Manhães. Ele confirmava que havia chegado a Brasília, do Rio de Janeiro, em 1958, onde trabalhava na Revista O Cruzeiro, e depois de quatro dias de cobertura jornalística, veio para ficar. No ano seguinte foi trabalhar na Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal, na Fundação Zoobotânica. Nesse mesmo ano conheceu Águas Emendadas, que viria a visitar várias vezes depois. Lembra-se que a área era bem maior que atualmente, e que lá havia muitos bichos e muitas plantas. Lembra-se da pesquisadora Mitzi Brandão Ferreira, que desenvolvia pesquisas para a Universidade de Brasília.

Manhães tem lembrança de que a região “tinha um proprietário”, mas não se lembra do seu nome. “Já nem deve existir, faz muito tempo...”

### **A escassez atual de água**

Neste momento, vivemos escassez de água não só no Distrito Federal, mas em todo o país. Aliás, a questão é mundial. A água está em todo o planeta, e a questão da falta d'água atinge a população de forma ampla. Os ambientalistas, os pesquisadores de temas sociais, os artistas sensíveis e observadores, vêm nos alertando sobre isso há bastante tempo – não aconteceu de

uma hora para outra. Há vários trabalhos sobre o assunto. Pensando em termos de divulgação na mídia, vale lembrar a reportagem publicada dia 02.04.2017, no Correio Braziliense<sup>13</sup>: “O exemplo que vem de fora”: “A escassez de água pode até ser novidade para os moradores do Distrito Federal, mas, mundo afora, esse é um problema que atinge milhões de pessoas [...]”. Na reportagem são citados casos da Califórnia, nos Estados Unidos; de Israel; da China; do Japão, da Austrália.

Volto a essas memórias entrelaçadas, tecidas pela história das Águas Emendadas.

No caso brasileiro, as memórias referentes a “soluções” para uma futura escassez de água que afetasse a nossa capital e sua região (as de conhecimento mais geral, incluídas em matérias escolares e na mídia) se ligam às histórias de duas Comissões criadas para pesquisar o Planalto Central e indicar a localização do novo Distrito Federal e da capital brasileira, Brasília. Separadas por mais de cinquenta anos, ambas reconheceram e reforçaram antigas indicações que apontavam como um motivo para a instalação da capital na região central do Brasil o fato de aqui se localizar o “berço das águas”.

Paradoxos então se entrelaçavam: a terra seca do Cerrado abrigava as fontes das águas brasileiras; a divisão e a união se completavam no Espigão Mestre, que divide águas, e nas Águas Emendadas, que aproxima nascentes.

“Perto de muita água, tudo é feliz”<sup>14</sup>, dizia Guimarães Rosa. Contava também que “o melhor de tudo é a água”<sup>15</sup>. O simbolismo dessas Águas Emendadas no centro do país e a promessa de viabilidade de água próxima foram motivos presentes nas decisões daquelas duas Comissões, para o traçado do Distrito Federal e para a localização da nova capital.

Agora, temos Brasil, capital Brasília. E para efetivarmos o símbolo da presença da água para todo o país, é preciso preservá-la, gerir sua existência e distribuição com atenção e cuidado.

### **Brasil, capital Brasília**

Em abril de 2018 se comemoram 58 anos da inauguração de Brasília. Mas as discussões registradas sobre a localização da capital no Planalto Central datam de quase três séculos. É um ano de comemorações, 2018: fazem 52 anos que o botânico Ezequias Heringer sugeriu a criação do Parque das Águas Emendadas, 50 anos da criação da Reserva Ecológica de Águas Emendadas, 30 anos do seu atual *status* de Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Nas discussões e propostas de interiorização da capital, um argumento a favor da mudança era a presença, no centro do Brasil, das nascentes das três principais bacias hidrográficas do país.

Essa área central, *epicentro das nascentes*, já constava do “Mapa da Capitania de Goyáz e regiões circunvizinhas que mostra as comunicações entre as bacias do Prata e Amazonas”, assinado pelo cartógrafo italiano Francesco Tosi Colombina na Vila Boa de Goiás, em abril de 1751<sup>16</sup>.

Embora algumas das histórias da construção de Brasília sejam bem divulgadas, julgamos importante repetí-las aqui.

As ideias mudancistas ampliaram seu alcance quando divulgadas pela imprensa, em matérias do jornalista Hipólito José da Costa, fundador do jornal Correio Braziliense. Em artigo de 1808, a proximidade da *cabeceira dos grandes rios* é apresentada como fator favorável ao estabelecimento da nova capital “em um país de interior central<sup>17</sup>”.

Assim como Varnhagen, outros viajantes que estiveram no Planalto Central reuniram preocupações e sugestões sobre a transferência da capital, e constataram sua condição de “berço das águas” (embora não utilizassem essa denominação).

Em 1889, cai o Império e é proclamada a República no Brasil. Na primeira Constituição republicana, de 1891, fica estabelecida a mudança da capital, em seu artigo 3º: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km<sup>2</sup>, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal”. No sentido de operacionalizar essa demarcação, o Presidente Floriano Peixoto designou duas missões de exploração e de estudos do Planalto Central, ambas chefiadas pelo astrônomo Luiz Cruls, respectivamente em 1892 e 1894.

A primeira – Comissão Exploradora do Planalto Central – percorreu cerca de 14 mil quilômetros e demarcou, em forma de quadrilátero, os 14.400 km<sup>2</sup> definidos pela Constituição para o futuro Distrito Federal. O polígono ficou conhecido como Quadrilátero Cruls, dentro do qual a segunda Comissão – Comissão de Estudos da Nova Capital da União –, deveria indicar a localização da capital.

Os resultados dos levantamentos feitos pelas Comissões foram consolidados em dois relatórios, publicados respectivamente em 1894 (conhecido como Relatório Cruls, referente aos estudos da Comissão Exploradora do Planalto Central<sup>18</sup>), e em 1896, apresentado como Relatório Parcial da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, que tivera seus trabalhos interrompidos.

A leitura do Relatório Cruls nos informa, passo a passo, a importância dada pelos cientistas da Comissão à questão das águas, e a atenção dispensada ao local de “encontro” das nascentes. Cruls registra, quando define “Instruções para a 2ª turma” da Comissão, que o Planalto Central,

embora ocupe realmente uma extensão bastante considerável, tem a sua região central localizada na zona onde se encontram as cabeceiras dos principais rios do sistema hidrográfico brasileiro: o Araguaia, o Tocantins {da Bacia Amazônica}, o São Francisco e o Paraná.<sup>19</sup>

Foi esta a área onde foram feitas as demarcações da nova capital.

Em setembro de 1892, é registrada a passagem de pesquisadores pela região percorrida por Varnhagen e onde,

distando uma da outra um ou dois quilômetros apenas, encontram-se as cabeceiras de três grandes rios: a de Santa Rita, que forma o São Francisco; a de Bandeirinha, desaguando no Tocantins, e, enfim, a de Vendinha, origem do Paraná<sup>20</sup>.

Além de cumprir a finalidade definida para a Comissão, de delimitar a área do futuro Distrito Federal, Cruls conclui seu Relatório de 1894 relacionando vantagens e inconvenientes da transferência da capital. Entre os pontos favoráveis (em maioria), cita as possibilidades de abastecimento de água potável, já que “o sistema hidrográfico da zona demarcada é, com efeito, de uma riqueza tal que, qualquer que seja o lugar escolhido para edificação da futura Capital, encontrar-se-á, sem grandes dificuldades, água suficiente para abastecê-la à razão de 1000 litros diários por habitante”.<sup>21</sup>

Cruls finaliza vislumbrando possibilidades de que “a futura Capital não tardará a tornar-se um centro industrial e comercial, cuja vitalidade será um fato importante e poderoso para a futura prosperidade deste rico país”.<sup>22</sup>

Passaram-se mais de meio século, mais de dez Presidentes da República e duas Constituições para que o tema da mudança da capital voltasse a ser tratado oficialmente, em termos de providências efetivas.

A Constituição Federal de 1946 definia, no artigo 4º de suas Disposições Transitórias, que “a capital da União será transferida para o planalto central do país”. Acrescentava, no seu primeiro parágrafo, que “promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital.

No mesmo ano, é criada a Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil - conhecida como Comissão Polli Coelho, por ser presidida pelo General Djalma Polli Coelho, então Diretor do Serviço Geográfico do Exército<sup>23</sup>. Os estudos preliminares são concluídos em 1947, e se iniciam os trabalhos de campo no Planalto Central e Triângulo Mineiro.

Em agosto de 1948, a Comissão aprova seu Relatório Geral e Polli Coelho o encaminha ao Presidente Eurico Dutra. Confirma-se a indicação do Quadrilátero Cruls, mas ampliado na direção Norte, totalizando uma área de aproximadamente 77 mil km<sup>2</sup> e assumindo “o porte de um verdadeiro Território”<sup>24</sup>, na “trijunção” das grandes bacias brasileiras:

Mantivemos a tradição da solução do problema, aproveitando integralmente a área proposta em 1892 pela Comissão Cruls. Mas não tivemos a ideia pura e simples de respeitar uma tradição. Ampliamos consideravelmente essa área para o Norte, sobre a bacia amazônica, aproveitando uma série de trechos fluviais para lhe dar limites já demarcados pela natureza, o que vem simplificar o problema da passagem das terras à jurisdição do governo federal. A extensão para o Norte, do Distrito Federal, visa colocá-lo em grande parte sobre a bacia do Tocantins, que é o rio cujo vale está destinado a ligar a área da nova Capital à desembocadura do Amazonas. O vale do Rio Paraná, por outro lado, está destinado a aproximar a mesma área das encostas ocidentais do vale do São Francisco, cuja valorização constitui uma necessidade primordial.<sup>25</sup>

Assim como no Relatório Cruls, no Relatório Polli Coelho é destacado o papel estratégico das Águas Emendadas:

Não há, em todo o território nacional, região que se possa comparar a essa. Nessa região, nascem as nossas três principais bacias hidrográficas, de tal modo que ela constitui, tanto orográfica como hidrograficamente, um acidente verdadeiramente singular em nosso território.<sup>26</sup>

Essa é ‘a mais linda das mesopotâmias’, no dizer de um constituinte de 1891. [...] As atenções se voltam imediatamente para esse planalto goiano, que possui um significado geopolítico sem igual entre todas as regiões do país. Pode ser incluído tanto na bacia amazônica, como na bacia são-franciscana, como na bacia platina.<sup>27</sup>

Em contraste com o Relatório Cruls, que vem sendo objeto de diversas edições, os resultados da Comissão Polli Coelho são pouco divulgados. As publicações existentes são aquelas originais, de pequena tiragem, produzidas no âmbito da própria Comissão.<sup>28</sup>

Assim, ganham especial interesse as narrativas pessoais de quem participou dos trabalhos e as histórias registradas ao longo das viagens, como acontece no Diário de Campo do agrônomo Antônio de Arruda Câmara e nas cartas escritas por Guiomar de Arruda Câmara a sua filha Joanna.

Arruda Câmara era Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, e dirigia a Escola de Horticultura Wenceslao Bello, no Rio de Janeiro, onde era também professor.

Seu método de trabalho, na condução das Investigações Agronômicas, incluía técnicas de sua profissão e, de forma a seu tempo pioneira, o registro de histórias contadas pelas pessoas da região estudada: “Marchar, ver e interrogar, de modo a fazer juízo seguro, coligindo dados para a precisa interpretação... Com entusiasmo, sem dificuldades e sem fadiga... Boa vontade e compreensivo interesse encontramos sempre, e em toda parte.”<sup>29</sup>

Guiomar sempre comentava essa boa vontade e receptividade das pessoas que os encontravamnos diversos lugares por onde passavam, o que compensava as dificuldades operacionais das estadias e dos deslocamentos. A propósito, ela se remete aos viajantes antigos e às explorações mais recentes:

Planaltina, 26/9/47

[...] Chegamos aqui já noite. Um dia inteiro de automóvel cansa bastante. É verdade que a gente vai se lembrando dos outros, os da Comissão Cruls, que andaram isso tudo a cavalo, e vai suportando...

[...] Em todo lugar, conversamos sempre com os moradores da região. Quem conversa mais é Antônio, que vai reunindo essas informações para o Relatório. Hoje, quando perguntou os nomes dos rios e das lagoas, alguns que moram por perto falaram nas ‘águas emendadas’.

Sobre as águas no Quadrilátero Cruls, e em especial sobre as Águas Emendadas, Antônio registra em seu Diário de Campo, no mesmo dia, informações que depois aprofunda no Relatório Técnico de Investigações Agronômicas: “[...]As suas águas se distribuem - indicando a influência que lhe está reservada no futuro do país - pelas bacias do Tocantins, do São Francisco e do Paraná [...]”<sup>30</sup>

Quando, ao final dos trabalhos, o Presidente da Comissão justifica seu voto, destaca a excelência dos *ensinamentos* apresentados pelo agrônomo, e relaciona as conclusões às quais chegou. A propósito das águas da região, Antônio registra que “as terras de Cruls, embora de nascentes, são bem irrigadas. Ligam suas águas, que se distribuem pelas bacias Tocantins-São Francisco-Paraná, o Planalto Central do Brasil à Amazônia, ao Litoral e ao Prata.”<sup>31</sup>

Embora lento, ia caminhando o processo de decisão política sobre a transferência da capital. Algumas definições estavam consolidadas, como a localização do Distrito Federal no Planalto Central, na região em que as três bacias hidrográficas “se emendavam”. Ainda se discutia a extensão desse Distrito Federal, e restava definir a localização da nova cidade.

Do encaminhamento do Relatório Final da Comissão Polli Coelho ao Congresso Nacional até a retomada de estudos, agora para definir o *sítio* e a *área* da nova capital, passam-se cinco anos. Os parâmetros definidos após as discussões parlamentares passam a ser de 52 mil km<sup>2</sup> para a área total do *quadrilátero* a ser estudado, aproximadamente 1000 km<sup>2</sup> para a cidade, e de 5 mil km<sup>2</sup> para o Distrito Federal<sup>32</sup>. Como vemos, foi longo o caminho para chegarmos aos atuais 5.789,16 km<sup>2</sup> do DF e 472,12 km<sup>2</sup> de Brasília<sup>33</sup>.

Voltando a essa trajetória, sabemos que, em agosto de 1953, o Presidente Getúlio Vargas cria a Comissão de Localização da Nova Capital Federal. A Comissão trabalhou durante dois anos, sob a direção do General Aguinaldo Caiado de Castro e do Marechal José Pessoa, este já nomeado pelo Presidente Café Filho. No âmbito desses trabalhos, foram realizados os estudos consolidados no Relatório Belcher<sup>34</sup>, a partir dos quais foi escolhido, em 1955, o *sítio* onde deveria ser construída Brasília.

Ernesto Silva, um dos diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital e participante da Comissão do Marechal Pessoa, conta que, na primeira viagem feita pelo grupo ao Planalto Central, foi visitada a área das Águas Emendadas. Era fevereiro de 1955:

Ainda em Formosa, fomos, em companhia do prefeito, a um determinado ponto, de onde todas as águas caídas se distribuem indistintamente para os três grandes sistemas fluviais do Brasil – o Amazonas, o São Francisco e o Paraná-Paraguai<sup>35</sup>.

No ano seguinte, começavam as obras de construção da capital.

### **Guiomar, única mulher na Comissão Poli Coelho**

Anos mais tarde, Guiomar de Arruda Câmara mudou-se do Rio para Brasília e chegou a conhecer o botânico Ezequias Heringer, com quem conversou sobre as viagens dela e de Antônio, relembrou o cultivo de orquídeas e as Águas Emendadas. Guiomar não chegou a conhecer as Águas Emendadas pelo nome atual de Estação Ecológica de Águas Emendadas, adotado em 1988.

Durante os oito anos que viveu em Brasília, Guiomar reviu locais onde havia estado e reconheceu a trajetória da Comissão Polli Coelho. Em 1983, visitou de novo Águas Emendadas, relembando os velhos caminhos dos anos quarenta:

Antônio e eu andamos por toda essa região, estivemos aqui... Foi aquela emoção de ver de fato as três bacias começando, a uma distância tão pequena uma da outra. Águas para todo o Brasil... Foi muito sublime, muito bonito mesmo...<sup>36</sup>

## Olhar de artista

O olhar de artista está presente há tempos nas Águas Emendadas: pintura, desenho, poesia, literatura, movimentos artísticos, alertas, visões. A Arte é transformadora, revela ângulos não visíveis, sensibilidades não pressentidas; reúne pessoas, conscientiza sem forçar atitudes. Como exemplo de cientista e explorador que juntava aos seus conhecimentos um olhar de artista, citamos não só Guiomar e Antônio, mas muito especialmente o botânico Auguste Glaziou, que esperava cuidado com a natureza

[...] Esta planície imensa, de superfície tão suavemente sinuosa, é riquíssima de cursos d'água límpida e deliciosa, que manam de qualquer depressão do terreno. Essas fontes, como os grandes rios que regam a região, são protegidas por admiráveis capões **aos quais nunca deveria golpear a machada do homem, senão com a maior circunspeção** (Glaziou, da Segunda Comissão Cruls, em 1894<sup>37</sup>)

e que reconhecia vestígios de um lago que antes existira e que mais tarde foi artificialmente construído – o Lago Paranoá:

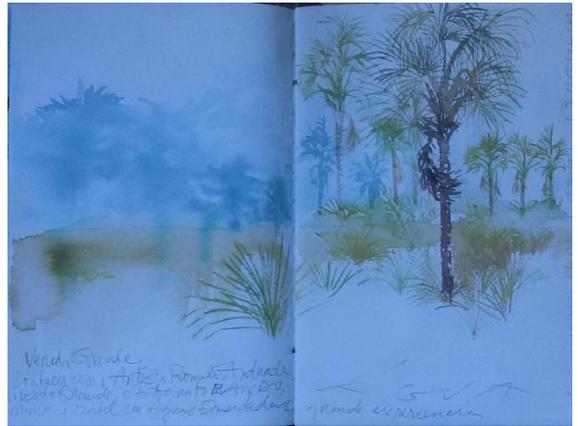
[...] Entre os dois chapadões conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas na estação chuvosa; **outrora era um lago** devido à junção de diferentes cursos d'água formando o rio Parnauá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão no chapadão, acabou, com o carrear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha funda, de paredes quase verticais pela qual se precipitam hoje todas as águas dessas alturas. É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte (dique ou tapagem provida de chapeletas e cujo comprimento não excede de 500 a 660 metros, nem a elevação de 20 a 25 metros) forçosamente a água tomará seu lugar primitivo e **formará um lago** navegável em todos os sentidos, num comprimento de 20 a 25 quilômetros sobre uma largura de 16 a 18. [...] <sup>36</sup>

Pela Arte, brasileira ou sul americana, ou ameríndia, ou de qualquer lugar, é possível compartilhar conhecimentos e sensibilidades, e a certeza de que outro mundo é possível.

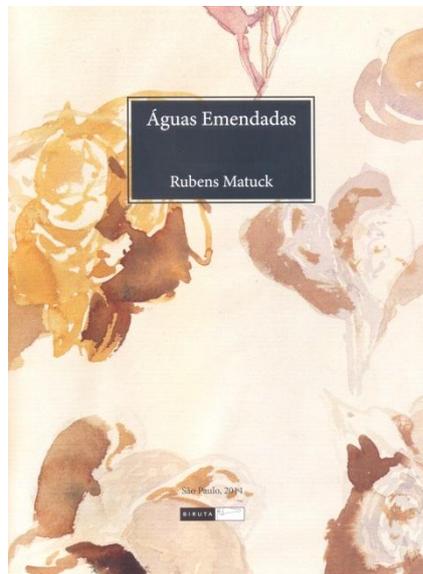
Encontramos casos recentes desse olhar artístico que observou as Águas Emendadas: Rubens Matuck, Rômulo Andrade, Evandro Angerami, Maria, Evando Lopes. Matuck conta que encontrou outro artista, em uma de suas visitas - Waltércio Caldas. São muitos olhares que veem Águas Emendadas.



Rubens Matuck desenhando e “aquarelando” seus Cadernos de Viagem. Estação Ecológica de Águas Emendadas/ESECAE, 2010.



Vereda Grande, nas Águas Emendadas, no livro de Rubens Matuck “Buritis”, 2013. As anotações a lápis mencionam o artista Rômulo Andrade e, da ESECAE, o fotógrafo Evandro Muna e Izabel.



Em 2014, Rubens Matuck publicou o livro “Águas Emendadas”.



Evandro Angerami, “aquarelando”. ESECAE, 2010.



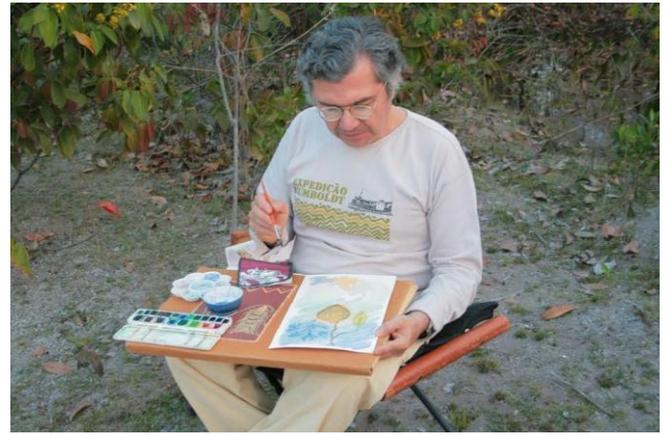
Caderno de Viagem. Rubem Matuck. ESECAE, 2010.



Rômulo Andrade, pintando no Centro de Visitantes da ESECAE. 2010.



Maria, pintando nas faixas de propaganda que encontra. ESECAE, 2010.



Rômulo Andrade pintando. ESECAE, 2010.

### Exemplo atual

A existência da ESECAE e o conhecimento da população brasileira sobre essa existência e sobre suas histórias, seu imaginário, suas imagens, são oportunos neste momento de escassez de água e de realização de seminários e fóruns de repercussão nacional e mundial.

Lembramos que o professor de física Marcelo Gleiser nos dizia, em julho de 2006: “Sem água, a vida é impossível. Cuidar dela e da sua distribuição é preservar nosso futuro.”<sup>38</sup>

Os exploradores do Planalto Central que encontraram as Águas Emendadas, ou tiveram conhecimento de sua existência, imaginavam que a região seria preservada e que haveria água para todos, compartilhada. Que fique para nós esse símbolo e esse exemplo das Águas Emendadas.

### Referências bibliográficas

ARRUDA CÂMARA, A. de. **Investigações Agrônomicas**. Regiões do Estado de Goiás. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948.

\_\_\_\_\_. **O Santuário das Águas Emendadas**. À Classe Rural – temas e sugestões (239). A Lavoura. Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro. mar./abr. 1960.

BENJAMIN, W. O Narrador. In: **Magia e Técnica**, arte e política– ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, vol. I. [1936] São Paulo: Brasiliense, 1996.

Cartas de Guiomar de Arruda Câmara para Joanna de Arruda Câmara. 1947, 1948. Acervo de Ivany Câmara Neiva.

CASTRO, Mário. **A Realidade Pioneira**. Brasília: Thesaurus, 1986.

CATALÃO, V.M.L. A crise da água e a turvação do espírito. **Correio Braziliense**. Brasília, 10 mar. 2003.

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. **Relatório Técnico**. 1ª parte – volume I. Contendo a justificativa da Resolução Final tomada pela Comissão, quanto à localização do novo Distrito Federal. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico**. 1ª parte – volume II. Contendo as justificativas e declarações de votos dos membros da Comissão. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico**. 1ª parte – volume III. Contendo a transcrição das atas das Reuniões Plenárias realizadas pela Comissão. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948.

CRULS, Luiz. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1947.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Comissão de Estudos da Nova Capital**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1947.

FONSECA, F.O. (org.) **Águas Emendadas**. GDF. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA), 2008.

FONTANA, R. **Francesco Tosi Colombina** – explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII. Brasília: Charbel, 2004.

GDF. **Novo Portal Oficial do Governo do Distrito Federal**. Disponível em <http://www.districtofederal.df.gov.br/>. Acesso em 10.05.2008.

GDF. Secretaria de Agricultura e Produção. **Experiência do Combinado Agroubano de Brasília: o processo de seleção e assentamento rural**. Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. **Reserva Biológica de “Águas Emendadas”**. Brasília, 1977.

GDF. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Sistema Distrital de Informações Ambientais. **Mapa Hidrográfico do Distrito Federal – 2016**. Brasília, 2016.

GDF. Secretaria de Governo. Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan. **Atlas do Distrito Federal**. Vol. I, II, III. Brasília, 1984.

GDF. Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. Instituto de Ecologia e Meio Ambiente. **Plano de Ação Emergencial** – Estação Ecológica das Águas Emendadas. 1996.

GIOVENARDI, Eugênio. Descoberto, Corumbá, Paranoá e Cia. In **O Observador** (blog), 18.01.2018. Acesso em 19.01.2018.

GLEISER, M. Água, essa preciosidade. **Folha de São Paulo**, Ciência. São Paulo, 02.jul.2006. Acesso em 19.01.2018.

GRIGORI, P. O exemplo que vem de fora. **Correio Braziliense**. Brasília, 02.04.2017. p.19.

LOWI, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MENEZES JÚNIOR, A. et al. **A Missão Cruls**. In: Fonseca, Fernando, org. Olhares sobre o Lago Paranoá. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/GDF, 2001.

MOURÃO, R. de F.. **Luiz Cruls** – o homem que marcou o lugar. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2003.

ROSA, J. G. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

SILVA, E. **História de Brasília**: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985. 2.ed..

VARNHAGEN, F. A., Visconde de Porto Seguro. **A questão da capital** – marítima ou no interior? Edição fac-similar. Brasília: Thesaurus, 1978. 3.ed. (1ª ed., 1877; 2.ed., 1935).

## Imagens visuais

Capa do livro *Águas Emendadas*, de Fernando Fonseca, 2008.

Cartão/convite para o documentário “Cerrado – o pai das águas”, de Dêniston F. Diamantino. Brasília: Opará Vídeo Produções, Secretaria de Cultura e Esporte, 1997.

Trecho de carta de Guiomar de Arruda Câmara para sua filha Joanna de Arruda Câmara. 1947.

Trecho de *Investigações Agronômicas*. Antônio de Arruda Câmara, 1948.

Trecho do artigo *Santuário das Águas Emendadas*. Antônio de Arruda Câmara, 1960. Mapa de Guiomar de Arruda Câmara.

Bené Fonteles. Adriano Martins. *Movimento Artistas pela Natureza*. *Águas Emendadas*, 1996. Fotógrafa Ivany Neiva.

Mapa do “Encontro das Bacias dos Rios Amazonas, Paraná e São Francisco na área do DF”. Livreto “Reserva Biológica de Águas Emendadas. GDF. Secretaria de Agricultura e Produção. Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, 1977.

Fotos e reproduções de Rubem Matuck, Evandro Angerami, Rômulo Andrade, Maria. *Águas Emendadas*, 2010 e 2017. Fotógrafos Ivany Neiva e Evando Lopes.

## Notas

- <sup>1</sup> Ivany Câmara Neiva é pesquisadora e professora no Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília. [ivacomunica@gmail.com](mailto:ivacomunica@gmail.com).
- <sup>2</sup> GIOVENARDI, E. Descoberto, Corumbá, Paranoá e Cia. In O Observador (blog). 18.01.2018. Acesso em 19.01.2018.
- <sup>3</sup> Adotamos, aqui, as informações que constam do livro *Águas Emendadas*, organizado por Fernando Oliveira Fonseca em 2008.
- <sup>4</sup> VARNHAGEN, F.A., Visconde de Porto Seguro. 1877. Brasília: Thesaurus, 1978 (edição fac-similar).
- <sup>5</sup> Idem, pp.12-13.
- <sup>6</sup> Idem, p.28.
- <sup>7</sup> Idem, p.29. CRULS, p.16.
- <sup>8</sup> Como referido antes, foi sugerida a criação do Santuário das Águas Emendadas. “Santuários” era como eram chamados, então, os parques nacionais, as reservas e futuras estações ecológicas.
- <sup>9</sup> Ver “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, escrito por Walter Benjamin em 1936. *passim*.
- <sup>10</sup> Paulo Manhães é jornalista e esteve várias vezes em Águas Emendadas, nos últimos sessenta anos. Esse comentário foi feito durante conversa ao vivo, em junho de 2017.
- <sup>11</sup> CATALÃO, V. M.L. A crise da água e a turvação do espírito. **Correio Braziliense**. Brasília, 10.mar.2003.
- <sup>12</sup> Conversa com Paulo Manhães – 27.04.2017, 11h, por telefone.
- <sup>13</sup> GRIGORI, P. **O exemplo que vem de fora**. Correio Braziliense. Brasília, 02.04.2017. p.19.
- <sup>14</sup> Em **Grande Sertão**, Veredas. 2001. p.45. (para este artigo, escolhemos a edição de 2001.)
- <sup>15</sup> Idem, p.68.
- <sup>16</sup> FONTANA, Riccardo. **Francesco Tosi Colombina** – explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc.XVIII. Brasília: Charbel, 2004.
- <sup>17</sup> COSTA, H. J. da. Artigo, de 1808. In: CRULS, L. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 12. As notas aqui registradas referem-se à edição de 1947, da Companhia Editora Nacional.
- <sup>18</sup> CRULS, L. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1947.
- <sup>19</sup> Idem, p. 36.
- <sup>20</sup> Idem, p. 46.
- <sup>21</sup> Idem, p. 55.
- <sup>22</sup> Idem, p. 60.
- <sup>23</sup> Djalma Polli Coelho é homenageado pelo Exército Brasileiro como Patrono do Serviço de Topografia. Foi Diretor do Serviço Geográfico do Exército de 1946 a 1951, quando passou a ser Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE. (<http://www.8rcmec.eb.mil.br/html/ptpoli.html>)
- <sup>24</sup> **Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil**. Relatório Técnico. 1ª parte, vol. I. Justificativa da Resolução Final, escrita pela Presidência da Comissão. 1948. p.17.
- <sup>25</sup> Idem, p 4.
- <sup>26</sup> Idem, p 23.
- <sup>27</sup> **Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil**. Relatório Técnico. 1ª parte, vol. II. Justificação de voto do Presidente da Comissão. 1948. pp. 6,7.
- <sup>28</sup> No Prefácio do volume III da 1ª parte do Relatório Técnico (1948), o General Polli Coelho esclarece a composição dos documentos: Primeira Parte (3 volumes) – diz respeito ao trabalho propriamente da Comissão; Segunda e Terceira Partes (que deveriam ser publicadas a seguir) – conteriam pontos de vista individuais, de membros da Comissão ou de outras pessoas ligadas ao assunto. Em Brasília, encontramos os três volumes na Biblioteca do Arquivo Público do Distrito Federal.
- <sup>29</sup> Antônio de Arruda Câmara. **Investigações Agronômicas**. Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil. 1948. p.2.
- <sup>30</sup> Idem, p.18.
- <sup>31</sup> **Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil**. Relatório Técnico. 1ª parte, vol. II. Justificação de voto do Presidente da Comissão. 1948. p.22.
- <sup>32</sup> **Lei n.º 1803**, de 5 de janeiro de 1953. Comentada por Ernesto Silva em História de Brasília, pp. 74, 76, 79. Transcrita e comentada no Atlas do Distrito Federal, III, GDF, 1984, pp. 49 e 101.
- <sup>33</sup> Dados acessíveis no Portal Oficial do Governo do Distrito Federal.[http://www.codeplan.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=1387](http://www.codeplan.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=1387). Acesso em 10.01.2018.
- <sup>34</sup> A Comissão contratou os trabalhos da firma brasileira Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria e, em 1954, da firma americana Donald J. Belcher and Associates Incorporated, para realizar os estudos de fotoanálise e fotointerpretação. O Relatório Belcher foi concluído em 1955.
- <sup>35</sup> Ernesto Silva. **História de Brasília**, 1985. p.80.
- <sup>36</sup> Programa “Os Pioneiros”. 1º episódio. Direção de Tânia Quaresma. TV Nacional / Radiobrás, 1983.

---

<sup>35</sup> GLAZIOU, A. Carta a Luiz Cruls, de 1824. In: CRULS, L., op. cit., p. 8.

<sup>36</sup> CAVALCANTI, F. R.. Relatório de Glaziou. In: \_\_\_\_\_. **2ª Missão Cruls (1894-1895)**. Relatório de Glaziou. Disponível em <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1896-missao-Cruls-Glaziou-lago-Paranoa.shtml>. Acesso em 12.01.2018.

<sup>37</sup> GLEISER, Marcelo. Água, essa preciosidade. **Folha de São Paulo**, Ciência. São Paulo, 02.jul.2006. Acesso em 19.01.2018.